

ATA DA 016ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauricio Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência registra e agradece entusiasticamente a presença do nosso querido amigo prefeito Laércio Demerval Schuster Junior, do importante município de Timbó, acompanhado do querido amigo vereador Jorge Augusto Krüger, presidente da Câmara Municipal, bem como de vereadores, secretários municipais e lideranças do pujante município de Timbó.

Sejam todos bem-vindos à nossa Casa Legislativa!

Esta Presidência e os demais parlamentares alegram-se em vê-los aqui participando da abertura

dos nossos trabalhos na tarde de hoje. Muito obrigado pela presença.

Passaremos ao horário reservado às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

Esta Presidência convida o secretário, deputado Kennedy Nunes, para presidir a sessão daqui por diante para que a este deputado possa cumprir uma agenda fora da Casa, mas antes da Ordem do Dia estaremos de volta para dar continuidade aos trabalhos.

Antes, porém, esta Presidência registra e agradece a presença do ex-prefeito de Maracajá, querido amigo Preto, em nome de quem cumprimento toda a família rubro-negra pela conquista da Taça Guanabara no último domingo.

Deputado Kennedy Nunes, por favor, assumo a Presidência da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria de, nesta tarde, fazer o registro de uma audiência que tivemos na tarde de ontem com o ministro dos Transportes, César Borges, juntamente com o diretor do DNIT nacional, Jorge Ernesto, da ministra Ideli Salvatti, dos deputados federais Pedro Uczai e Luci Choinaki, com a justificativa de ausência do deputado Décio Lima por outros compromissos. Também estava presente uma comitiva de prefeitos da região do extremo oeste deste estado, bem como o prefeito de Itapiranga, Milton Simon; o prefeito de São João do Oeste, Sérgio Theisen, e também do prefeito de Iporã do Oeste, Ilton Vogt, acompanhados de vários vereadores daqueles municípios: vereador Jair, presidente da Câmara municipal de Itapiranga; vereador Jair, vereadores Mário Darci Ribeiro e Egídio Simon, acompanhados da secretária da Saúde de Iporã do oeste, sra. Lúcia.

Essa agenda com o ministro foi exatamente para tratar da questão que envolve a federação do

trecho da BR-163, que liga São Miguel d' Oeste a Itapiranga, fazendo também a ligação do estado de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul. Aliás, é o único trecho ainda não federalizado por toda a extensão da BR-163. E, para a nossa alegria, nessa audiência o ministro assumiu o compromisso de agilizar o processo da federalização. Já tem o parecer favorável do ministério do Planejamento, faltando simplesmente o decreto por parte do ministro para dar a publicidade do ato e tornar federal aquele trecho que compreende 66,8km, nem 67km de extensão. Dizia o ministro: "Nós não vamos criar obstáculos para concluir o processo." É importante para a região e a realidade que nos apresentam pede a federalização. Portanto, saímos de lá satisfeitos tendo em vista o compromisso do ministro dos Transportes em agilizar o processo de federalização através do decreto. E claro que junto à comitiva, ao mesmo tempo em que pedíamos a federalização também queremos a rápida restauração daquele trecho que está em péssimas condições, principalmente o trecho que liga Iporã do Oeste até o município de Itapiranga.

E para a nossa alegria entramos em contato com o superintendente do DNIT em Santa Catarina, sr. João José dos Santos, que confirmou que já está em processo de construção o projeto e nos passou uma estimativa muito positiva, pois logo que o projeto estiver pronto será encaminhada a licitação para a realização do Crema naquele trecho que compreende São Miguel d' Oeste até o município de Itapiranga. Portanto, vamos trabalhar para que aquele trecho de São Miguel d'Oeste até o município de Itapiranga possa ser licitado até o final do mês de agosto, começo de setembro, para podermos iniciar as obras da recuperação emergencial daquele trecho, dando assim as condições através do trabalho do Crema, de tráfego naquela região, na extensão de 66,8km, hoje ainda uma da rodovia SC, mas que num curto prazo de tempo, de acordo com o ministro, será federalizada para receber investimentos.

Claro que o objetivo de toda a comitiva nessa audiência com o ministro dos Transportes foi no

sentido de que alguns pleitos ao longo desse trajeto sejam resolvidos, como o caso dos entornos das cidades de Itapiranga, Iporã do Oeste e Descanso. Tendo em vista que o trecho de São Miguel d' Oeste a Dionísio Cerqueira está com os trabalhos bem avançados, vai receber investimentos em torno de R\$ 50 milhões e São Miguel d'Oeste está sendo contemplada com um entorno. Mas aqueles outros municípios também precisam de uma atenção.

Nós estamos unindo as bancadas estaduais e federais do Rio Grande do Sul, os municípios do extremo oeste do estado, para contemplarmos investimentos do PAC e garantirmos a recuperação e ampliação do trecho de São Miguel do Oeste à Itapiranga, inclusive investimentos para a construção da ponte que liga os dois estados. Portanto, estamos trabalhando para contemplar recursos do PAC, do governo federal, para conseguirmos além da reestruturação, a ampliação daquele trecho da rodovia, os entornos dos municípios e, ao mesmo tempo, a ponte sobre o rio Uruguai.

Nós sabemos que esses investimentos são a médio prazo, mas a organização das lideranças políticas de toda essa região inicia com um bom começo, garantindo assim os primeiros passos, que é a federalização e o encaminhamento para o Crema, que seria a manutenção, a reabilitação, desse trecho da rodovia.

Portanto, é uma região que, no lado do Rio Grande do Sul, produz cereal, e em Santa Catarina, principalmente nos municípios de Itapiranga, São João e mesmo São Miguel d'Oeste, produzem muita proteína, ou seja, trabalha muito com avicultura, suinocultura e dessa forma são regiões que se complementam, uma pela produção de cereais e a outra pela produção do valor agregado que seria a proteína. Portanto, não haveria necessidade de se buscar os cereais na região do Mato Grosso, porque num território próximo o custo seria menor para utilização dessa matéria prima.

Para concluir, sr. presidente, de uma forma objetiva, quero dizer que esse projeto iria incluir essas duas regiões extremamente

importantes para o desenvolvimento do extremo oeste de Santa Catarina e essa região do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Muito obrigada, sr. presidente.

Quero registrar a presença aqui neste plenário do sr. André Luiz Grossl, diretor do Procon em São Bento do Sul e preside o Partido Comunista do Brasil naquela cidade. Aproveito para cumprimentar os servidores públicos estaduais que estão aqui na Casa hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, sra. deputada Angela Albino.

O próximo orador inscrito para falar é o deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense.

Como presidente da comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, gostaria de dizer que promovemos uma importante reunião no dia de ontem com o secretário de Educação, sr. Eduardo Deschamps. E por que a presença do secretário de Educação? Para ele explicar à referida comissão, aos catarinenses, aos educadores, o plano de educação e o que está sendo feito no estado pela educação.

Na referida reunião foram tratados vários assuntos, entre eles a estrutura da educação do nosso estado, onde temos 1.111 unidades escolares; 585 mil estudantes matriculados; 31,5 mil professores contratados, fazendo com que seja necessário ao estado catarinense realmente essa mudança na educação, principalmente salarial. A

eminente deputada Luciane Carminatti, que estava presente na reunião, pode constatar que em média teve um aumento salarial, de 2010 a 2012, de 80% do aumento da folha dos nossos professores.

É tudo que se pode dar? Não, ainda tem mais, mas podemos dizer que tivemos uma conquista e ela é, sem dúvida nenhuma, dos professores, da secretaria da Educação, do governador Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira.

Quero dizer a vocês que na área de educação temos o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio com a formação de 14 mil professores, uma bolsa de R\$ 200,00; o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, o atendimento educacional especializado e 6.509 estudantes com deficiência foram matriculados até o dia 6 de fevereiro. A previsão de Santa Catarina é de alfabetizar dez mil alunos no ano de 2014.

Previsão de concessão de 26 mil bolsas de estudos e não é Fies nem Pró-Uni, é NEDU - Programas de Bolsas Universidade do Estado de Santa Catarina.

Portanto, há várias outras ações com o Programa Revitalizar em 107 escolas, com um orçamento de R\$ 287 milhões.

Esporte na escola: 53 quadras cobertas e um complexo esportivo no valor de R\$ 28 milhões.

Temos, ainda, 22 mil quites no valor de R\$ 21 milhões já empenhados.

O novo sistema de manutenção escolar nas Secretarias de Desenvolvimento Regional, SDRs, com cartão escolar, programa especial de recuperação, integração de educação com os bombeiros, e processos de escolha de diretores para o ano vindouro.

Efetivação de mais 3,3 mil novos professores, novos programas de Formação Continuada, formação de dois mil alfabetizadores e de 14 mil professores de ensino médio. O reajuste salarial nós já aqui citamos.

Então, vejam a importância da Educação no momento em que vivemos. Essa Educação que reconhecidamente é uma das melhores do Brasil.

O programa da Educação do estado de Santa Catarina é pioneiro no Brasil. Temos certeza de que com essas inovações e com os elementos que temos hoje a educação melhorou bastante, sim. Estava ruim a nossa educação, muito ruim, com certeza, havia muita reclamação, com salários defasados e problemas nas escolas.

Fizemos um levantamento sobre a recuperação das escolas, feito pela comissão de Educação, que vamos apresentar a deputada Luciane Carminatti, que mostra a responsabilidade que os deputados têm com a educação.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Deputado Antônio Aguiar, eu apenas quero fazer uma correção.

Eu não falei que é a melhor proposta de Educação é de Santa Catarina.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Eu falei que a proposta curricular de Santa Catarina que foi construída pelos educadores independentemente de governos, de secretários, de partidos políticos, é uma grande concepção teórica que orienta hoje vários estados brasileiros.

E quero dizer, deputado Antônio Aguiar, que o Programa Nacional de Alfabetização da Idade Certa que o secretário da Educação mencionou, o Programa de Ensino Médio Inovador, os quites escolares, o Programa Piloto em Segurança nas Escolas, todos esses são todos programas federais, que o estado está recebendo os recursos e acolhendo-os.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - É verdade, nós temos também vários outros programas federais que ainda não foram implantados em nosso estado.

Mas gostaria também de me reportar à importante reunião que tivemos hoje na Fesporte, que contou com a presença do secretário de Turismo Valdir Levandowski, que por sinal tem feito trabalho e gostaria de parabenizá-lo pela maneira que está conduzindo a secretaria de Turismo, sobre

ações que fazem com que o esporte no estado de Santa Catarina seja valorizado.

Estava lá o Vadinho, estavam os conselheiros, os funcionários da Fesporte, os prefeitos assinando convênios com o governador do estado, fazendo com que, de uma maneira geral, o esporte do estado de Santa Catarina seja reconhecido.

Entre os convênios assinados cito o município de Itajaí, onde serão realizados os Jogos Abertos, planejados com antecedência, com previsão, não houve atropelo, foi tudo planejado, e é isso que precisamos para o nosso esporte.

E do dia 12 até 17 de maio, estarão sendo realizados os Jogos Abertos da Terceira Idade, em Canoinhas, que se sente lisonjeado em receber os catarinenses. E foi este deputado que elaborou a lei que criou esses jogos. Temos certeza de que esse evento será o grande sucesso de Santa Catarina e que será realizado pela vez primeira no planalto norte.

O município de Canoinhas irá receber esses atletas de braços abertos. Hoje estivemos com o prefeito em exercício Wilson Pereira, juntamente com o secretário da SDR, - Secretaria de Desenvolvimento Regional - Ricardo Pereira Martins, reunidos para melhor receber todos os catarinenses que vão participar dos jogos e fazer com que a terceira idade seja homenageada, reverenciada. Por isso, temos certeza de que vamos, sr. presidente, deputado Kennedy Nunes, ser contemplados com um grande espetáculo em Canoinhas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio AleSC Digital, especialmente os servidores públicos estaduais da Secretaria do Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação, que estão chegando ao plenário para anunciar que estão

em greve, que estão em luta pela categoria, e também os trabalhadores do Imetro e outros setores do serviço público estadual que também estão em greve.

Quero dizer que vocês têm o nosso apoio e que estamos na perspectiva de que possa haver um processo de avanço nas negociações, que esses segmentos do serviço público possam ser tratados no mínimo com igualdade de direitos com relação aos demais servidores públicos.

E ser tratado com igualdade de direitos por alguns segmentos do estado significaria um bom avanço remuneratório, especialmente pelos setores de cúpula do serviço público estadual. Quero parabenizar todos vocês pelo movimento, dizer que somos solidários à manifestação, à greve, e que estaremos à disposição desse movimento que estão realizando.

Em segundo lugar, deputado Kennedy Nunes, não conseguimos salvar e trazer uma foto, uma imagem das mãos de uma Policial Militar, que apresentam queimaduras de elevado grau, ocasionada por exercício de treinamento físico lá na região oeste, no extremo oeste de Santa Catarina, em São Miguel d'Oeste.

E soube agora que aquela turma é a mesma que ano passado esteve aqui, porque não se queria na instituição Polícia Militar o ingresso dela, e que por gestão de v.exa. junto ao Judiciário, e da bancada feminina desta Casa, com a nossa participação, evidentemente, neste processo, elas entraram na Polícia Militar.

Não estou apontando o comandante da instituição como responsável diretamente, mas um instrutor, em São Miguel d'Oeste colocou as alunas a pagar apoio sobre solo num dia daqueles de 40°. E se no termômetro estava marcando essa temperatura, no asfalto deveria estar uns 60°, causando ferimentos por queimadura na palma da mão de algumas alunas e uma delas de forma bastante grave.

Espero que possa trazer as fotos, quiçá amanhã, para que v.exas. vejam. Isso já foi noticiado nos meios de comunicação. Não foi a

Aprasc, não fomos nós que enviamos, a informação saiu de pessoas provavelmente daquela unidade, mas quero dizer que considero isso um atraso. Eu, como militar, tenho plena consciência de que não se prepara fisicamente um servidor público da área de segurança, especificamente um policial Bombeiro Militar sem treinamento, é evidente que tem que haver treinamento e inclusive forte. Mas as pessoas têm que ser preparadas para fazer o treinamento. E colocar a mão no asfalto num dia de sol de 40° e ficar pagando apoio, com certeza não é treinamento.

O que essa moça aprendeu com esse exercício? No máximo o que ela aprendeu é que não deve colocar a mão na chapa quente. Mas isso ela já sabia desde dois anos de idade, deve ter sido uma das primeiras coisas que seus pais ensinaram. Então, isso não é treinamento, é abuso de autoridade, um retrocesso, é castigo físico sem objetivo específico e tecnicamente, cientificamente necessário, pelo contrário, é o oposto. É a negação da preparação física.

Evidente que fica a dúvida. E o comando da Polícia Militar já se manifestou, inclusive dizendo que vai fazer um inquérito para buscar os responsáveis ou o responsável por essa situação. Mas não dá para excluir, e fica a reflexão, de que essa sacanagem, essa falta de respeito, inclusive, à instituição, ao ser humano e à mulher, foi uma retaliação porque elas foram lutar pelo seu direito de entrar e de serem policiais militares.

Todos aqui lembram que eles não queriam que elas entrassem porque não tinham 1,65m. E nós, a Assembleia Legislativa e o Judiciário dissemos que elas podiam entrar. E quem sabe algum iluminado quer convencê-las a sair.

Então, com certeza isso tem que ser levantado e, repito, o comando da Polícia Militar informa que tem já o inquérito aberto para apurar a responsabilidade ou as responsabilidades sobre o ferimento por queimadura de uma aluna soldado no 11° Batalhão, em São Miguel d'Oeste.

E queria retornar, mais uma vez, ao debate que tenho prometido fazer com mais profundidade sobre

a situação política, econômica e social de alguns países pelo mundo.

Estava falando ontem da Ucrânia, daquilo que é preciso ser dito, que derrubaram um governo que tinha sido eleito, e não estou aqui defendendo o governo que estava lá, o Yanukovich, e dizem até que era muito ruim, nem defendendo o governo da Rússia, o Putin, até porque o processo lá já reverteu faz um quarto de século.

No entanto, os grandes meios de comunicação apresentam notícias produzidas pelas agências dos Estados Unidos e a culpa é da Rússia. Isso está absolutamente em falta com a verdade dos fatos e com a verdade histórica.

Infiltraram seus agentes, criaram desestabilização e derrubaram um governo, em nome de liberdade, em nome da democracia. E curiosamente, no dia seguinte, estes mesmos saíram às ruas caçando, no sentido literal, fisicamente os comunistas e judeus, com a suástica, sim, na bandeira daqueles que defendem a democracia, segundo os grandes líderes do mundo. Na Ucrânia, hoje, a democracia deles tem bandeira com suástica e usam ainda uniforme nazista.

E ninguém diz que aquilo lá é o contrário de democracia, que é a ultradireita mundial levantando a cabeça, a capacidade dos países imperialistas da Europa Central e dos Estados Unidos infiltrarem os seus agentes nos estados, nas sociedades e nos países que não são alinhados diretamente com a sua política. E a Venezuela é outro caso típico, pois espalham franco atiradores, bandidos, canalhas, a executar pessoas nas ruas. E dos dois lados! Atiram nos manifestantes contra o governo e atiram nos manifestantes a favor do governo, provocando mais ódio e mais distúrbio.

Perderam todas as eleições na Venezuela, inclusive a última, municipal, agora em dezembro, e estão apavorados. É uma direita golpista, que quer, sim, derrubar o governo pela força, retornando as velhas máfias ao poder do estado. Essas verdades precisam ser pronunciadas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, sr. deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra, a próxima oradora inscrita, a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Também gostaria de cumprimentar, de forma muito especial, os funcionários públicos do estado de Santa Catarina que estão em greve.

Ontem tivemos a participação dos funcionários da Fatma e hoje estamos aqui com o pessoal do Imetro, da Fundação Catarinense de Educação Especial e também de outros setores, porque aqui, srs. parlamentares, já sabíamos que isso ia acontecer.

Mas já no final do ano passado fazíamos o debate nesta Casa de que precisávamos ter também a isonomia a todos os funcionários públicos estaduais porque cada um é responsável pela área que atua.

(Manifestação das galerias)

Então, temos um tempo até o dia 4 de abril, pois estamos num ano eleitoral, e vocês estão fazendo a sua parte. Tenho certeza de que se depender da bancada do Partido dos Trabalhadores, vamos acatar e pressionar o governo porque vocês fazem parte desse projeto para atender à população do estado de Santa Catarina.

Assim que aportar nesta Casa projetos dessa natureza, agiremos com celeridade na avaliação. Esperamos que venham, como medida provisória, pois é mais fácil de aprovação. É isso que temos solicitado ao governo do estado de Santa Catarina.

Sejam todas e todos muito bem-vindos!

(Manifestação das galerias)

Muito obrigada!

Mas o que me traz aqui, sr. presidente, é também uma boa notícia para a região do médio vale do Itajaí em relação a obras do governo do estado e do governo federal.

Há muito tempo trabalhamos em busca de investimentos para aquela área tão importante do estado de Santa Catarina, mas sempre se resolveu os seus problemas domésticos lá mesmo, uma vez que lá não temos hospital federal e nenhum hospital na área pública do governo do estado de Santa Catarina, nenhum hospital regional e muito menos na questão da educação investimentos, tanto federal quanto estadual.

E o dia de hoje foi para dar também uma boa notícia e fazer o convite as senhoras e aos senhores deputados estaduais desta Casa, como todos os catarinenses, principalmente do médio vale do Itajaí, para a abertura oficial das atividades do *campus* da Universidade Federal do estado de Santa Catarina que, nos últimos dez anos, graças a Deus, saiu da Ilha e foi para o interior do estado em diversas áreas, deputada Luciane Carminatti, a senhora que também fez uma grandiosa luta lá no oeste de Santa Catarina.

Mas na cidade de Blumenau na próxima segunda-feira, dia 17 de março, temos na programação um ato solene em parceria com o Instituto Federal Catarinense. Estamos trazendo então a aula magna e o ato solene para a abertura dos trabalhos da Universidade Federal, *campus* Blumenau.

Ontem o deputado Décio Lima e a reitora Roselane Neckel convidaram o ministro da Educação, José Henrique Paim, e a ministra da secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvatti para participarem desse evento. Ambos os ministros confirmaram presença.

Então, o ministro da Educação estará na cidade de Blumenau para o ato solene de inauguração do *campus* da UFSC, que acontecerá às 9 horas, no Teatro Carlos Gomes. E também em Blumenau no mesmo local, às 16 horas, teremos aula magna com a reitora da Universidade Federal de Santa Catarina.

A Universidade Federal de Santa Catarina já escolheu o imóvel que irá abrigar a sede administrativa do *campus* do vale do Itajaí, em Blumenau. O prédio fica situado na rua Pomerode, no bairro Salto do Norte, que foi adaptado para as atividades do ensino. Além da sede

administrativa, o prédio de três andares abriga a biblioteca, o refeitório e algumas salas de aula e pequenos laboratórios.

A Universidade Federal de Santa Catarina também vai usar salas de aula do Instituto Federal Catarinense, no bairro Badenfurt, também na cidade de Blumenau, bem como os laboratórios do Instituto Federal de Santa Catarina, IFSC, no bairro Bela Vista, em Gaspar.

Os cursos que serão oferecidos no *campus* em Blumenau são: Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Materiais e também Matemática e Química, bem como Engenharia Têxtil porque também precisamos de dois cursos de bacharelado, que são demandas e está faltando na área de Matemática e Química.

Essa inauguração do *campus*, senhoras e senhores, em Blumenau, é fruto de muito trabalho, de muita luta, de muito debate com as instituições locais, como a nossa Furb, as lideranças empresariais, lideranças políticas.

Estamos muito contentes nessa defesa da educação pública gratuita em nossa cidade e na nossa região.

Era o que faltava e depois de muito trabalho isso vai se concretizar. Então, nasce na próxima segunda-feira, dia 17 de março, o embrião do sonho de muitas pessoas, a Universidade Federal de Blumenau.

Blumenau, nos últimos anos, conquistou espaços públicos federais de educação na cidade, graças aos investimentos do governo federal. Esse processo teve início ainda durante o governo Lula, quando abrimos na cidade os polos da Universidade Aberta do Brasil, que tem as suas atividades ainda nos prédios do Colégio Pedro II, polos de educação a distância.

Depois conquistamos para Blumenau, em parceria com a ministra Ideli Salvatti, a reitoria dos institutos federais catarinenses. Com isso conseguimos a aquisição de um terreno no bairro Badenfurt e a construção do *campus* do Instituto Federal Catarinense em Blumenau. O instituto possui excelente infraestrutura e atende a nossa

juventude em cursos de formação profissional totalmente gratuito. Em Gaspar, no bairro Bela Vista, está localizado o campus do IFSC que também possibilitou vagas públicas em cursos de graduação e de qualificação profissional.

Com a inauguração do campus da UFSC em Blumenau, na próxima segunda-feira, podemos dizer que possuímos uma estrutura pública federal invejável na cidade que atenderá a nossa população com profissionais qualificados e que contribuirão significativamente para o desenvolvimento da região. É uma grandiosa obra, pois se trata de investimentos na área da educação, que aquela região necessitava há muito tempo.

Além do acesso em especial da juventude à educação pública e gratuita, tanto a universidade aberta quanto a IFC, a IFSC e a UFSC abriram concurso público para professores e agentes administrativos.

São pessoas, doutores, especialistas, pesquisadores que passam a residir na cidade e que, com certeza, contribuíram com suas pesquisas para a construção de uma cidade cada vez mais inclusiva.

Como disse recentemente a presidenta Dilma Rousseff a educação é o passaporte para o futuro do Brasil. O governo federal tem ampliado o acesso a melhoria da qualidade da educação brasileira. O desafio nessa área é imenso, mas o mesmo está sendo enfrentado. Nós, blumenauenses, nesse momento, queremos agradecer aos investimentos federais na educação no município.

Assim, faço esse registro. Nós, blumenauenses, queremos agradecer os investimentos federais na educação realizados na cidade. A abertura dos cursos da Universidade Federal de Santa Catarina é um sonho para a região do médio vale do Itajaí que se torna realidade na próxima segunda-feira, a partir das 9h, com a participação do ministro José Henrique Paim, da ministra Ideli Salvatti e os deputados estão convidados.

Muito obrigada!

(Palmas

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Quero apenas registrar a presença do vereador Wilson Martins dos Santos, de Xanxerê, bem como do empresário Célio Locatelli e o acadêmico de Direito, Jonas Dables Bandeira, de Xanxerê.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Está feito o registro.

Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, por dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente e srs. deputados, servidores que estão nessa luta justa por reconhecimento, direito a remuneração, plano de carreira e vencimentos, direito ao concurso público e direito a estabelecer uma mesa de negociações, questão em que temos visto muita dificuldade nesses quatro anos de governo.

Então, quero dizer que, além de tudo o que vocês têm manifestado nesses panfletos, é que se tem uma coisa que este governo sabe fazer é enganar, enrolar e dividir as categorias dos servidores públicos.

(Palmas)

Quando no final do ano passado tivemos alguns servidores que receberam reajustes, já fazíamos a denúncia de que se somos uma categoria de servidores públicos o governo precisa respeitar a todos. Então, quero manifestar aqui o nosso apoio a todos os trabalhadores do serviço público da Fundação Catarinense de Educação Especial e também me colocar à disposição para contribuir nesse diálogo.

Eu quero falar em nome do Partido dos Trabalhadores sobre um assunto que alguns deputados que me antecederam já falaram. E o

presidente da comissão de Educação falou sobre várias ações que estão sendo feitas pela educação catarinense. E eu fiz questão de deixar registrado que várias ou a grande maioria dessas ações que acontecem no estado são programas federais.

Então, é muito gratificante vermos quando viemos, por exemplo, do aeroporto de Florianópolis até a Assembleia, e visualizarmos uma escola estadual muito linda que vai ofertar ao Saco dos Limões um ensino médio inovador. Mas é importante que se diga que esse é um programa federal, é integralmente federal. Então, a pergunta que cabe é: o que de fato existe da educação estadual? O que de fato é obra deste governo?

Gostaria de iniciar minha fala fazendo esse questionamento, porque fazer propaganda com o dinheiro dos outros é bem fácil. Mas eu quero saber...

(Palmas)

Quero saber o que tem de política pública em Santa Catarina? Eu falo isso com muita tranquilidade, porque vemos todos os anos os trabalhadores em educação realizando os movimentos, os protestos, campanhas por mais dinheiro pela educação no país todo e também em Santa Catarina. Então, a pergunta que cabe é: todos os estados têm esse problema? Temos algumas situações que são do conjunto da nação brasileira e algumas questões que são tarefas nossas para dar conta.

Todo mundo fala que precisa colocar mais dinheiro para a educação. É verdade! Mas precisamos dizer que nunca na história deste país colocou-se tanto dinheiro na educação brasileira. Por quê? A deputada Ana Paula Lima falou sobre a Universidade Federal de Santa Catarina, que agora terá matriz em Blumenau, mas antigamente havia *campus* apenas em Florianópolis, e agora tem um em Blumenau, no sul do estado, no meio do estado, e assim por diante. Temos que dizer também que Santa Catarina teve nos últimos anos a segunda Universidade Federal, que fica na cidade de Chapecó, depois de 50 anos. Então, precisamos

compreender os problemas, mas entender o que é avanço e o que não é.

Em 2002 tínhamos no orçamento para a educação brasileira R\$ 33,1 bilhões. Qual foi o orçamento da educação brasileira no ano que passou? Em 2013, R\$ 91,3 bilhões. Portanto, quase triplicou o dinheiro investido na educação brasileira.

Santa Catarina provou que recebeu muito recurso. Tudo está resolvido na educação? Não. A meta dos trabalhadores em educação é 10% do PIB, toda a riqueza que a nação produz para a educação brasileira. No ano passado, para termos uma ideia, chegamos a 6,1%, e em 2000, pouquinho antes do presidente Lula assumir, era 4,7%. Aprovamos uma lei no Congresso Nacional que diz que todo o recurso do pré-sal, 75%, vai para a educação e 25% para saúde. Portanto, com esse recurso do pré-sal teremos as condições de chegar a 10% do PIB para educação.

Então, se na semana que vem quisermos entender por que é que os professores deste país estarão paralisando nos dias 17, 18 e 19 de março, é fácil entender. Porque os educadores não ficaram sentados esperando os governos aplicarem mais dinheiro na educação. Essa categoria sempre se mobilizou a exemplo do que vocês estão fazendo aqui. O Magistério foi para rua para garantir mais recursos para sua renumeração? Sim, mas prioritariamente para elevação da qualidade da educação brasileira. E é por isso que mais uma vez o Magistério vai para rua.

E não é contraditório, sou deputada do PT, mas quero garantir mais dinheiro para a educação brasileira e sei que no Congresso Nacional nem todo mundo está preocupado com a educação. Então, temos que ir para as ruas, sim, e garantir que todo esse recurso vá para a educação pública.

Portanto, qual é a pauta de discussões que a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação está chamando nos dias 17, 18 e 19? Primeiro, os *royalties* do petróleo, integralmente, para a valorização do Magistério.

Como professora e deputada, apresentamos um projeto de lei que destina e vincula todos os

recursos que Santa Catarina receber, a partir de janeiro deste ano, obrigatoriamente, para a educação pública e básica, porque já vi muitos secretários da Educação comprar de tudo com o dinheiro da educação, menos investir naquilo que é fundamental: um professor bem remunerado e motivado.

(Palmas)

Então, essa é a primeira luta, aprovar o projeto aqui, mas também ficar de olho para que o dinheiro do pré-sal, em Brasília, vá para a educação pública e básica. Em segundo lugar, carreira e jornada para todos os profissionais da educação. A escola é o professor, o especialista, o secretário, o servidor da limpeza e da alimentação, todos esses servidores precisam ter jornada e carreira progressiva para que os mesmos se dediquem e fiquem integralmente vinculados à educação.

Em terceiro lugar, contra a proposta de reajuste dos governadores e prefeitos que querem o reajuste do salário dos professores somente pelo INPC. E se não fosse isso nós teríamos 19% e este ano por índice tivemos 8,32%. Então, parte desse recurso acaba não indo para a remuneração. Outro ponto é os 10% do PIB, como já mencionei e a discussão da lei do piso, que foi criado em 2008 e Santa Catarina infelizmente foi um dos poucos estados que entrou com ação no Supremo Tribunal Federal para não cumprir a lei do piso e, felizmente, o referido órgão deu um canetaço e determinou o cumprimento integral da lei do piso, que não é um super salário, é R\$ 1.697,00 para o professor que trabalha 40 horas e que tem ensino médio; para os que têm graduação, especialização, mestrado e doutorado não há nenhuma lei que determina um tipo de percentual.

Esse é o drama, aquilo que era para ser piso, virou teto. E por último, a votação do plano nacional de educação que já deveria ter sido aprovado em 2010. Portanto, estamos quatro anos atrasados nos cumprimentos das metas deste plano, que é para década e quase metade dessa década

ainda está comprometida em função da não aprovação do plano.

Então, melhoramos os investimentos em educação de R\$ 33 bilhões para R\$ 91 bilhões, mas queremos e a sociedade valorize a educação pública com 10% do Produto Interno Brasileiro para a educação.

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs., deputados, demais pessoas que nos acompanham, funcionários públicos que estão aqui reivindicando o justo direito de melhora nos seus salários.

Sr. presidente, estava reunido na secretaria de Educação acompanhando o prefeito do município de Araquari, dois vereadores e o secretário daquele município. Fomos reivindicar reforma de algumas escolas do município e também a construção de outras salas. E conversando com o secretário do interior - porque o secretário da Educação não se encontrava, acho que ele está com a agenda lotada e fomos atendidos pelo secretário do interior, um assessor que cuida das questões dos municípios do interior, eu já o chamo de secretário do interior, porque é ele que cuida destas questões - mais o chefe-de-gabinete do secretário, colocamos a situação a eles, porque são eles que estão tecnicamente assenhoreados dos problemas, e a resposta que obtivemos é que é mais fácil construir uma escola do que reformar.

E o secretário e o prefeito comentaram que a situação do município está difícil porque ele tem que obedecer a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele não tem mais como gastar além daquele limite que está gastando, porque terá problemas. Ele pode ser denunciado.

O secretário do interior que nos atendeu também nos disse praticamente a mesma coisa. Agora, nós do estado com a Lei do Piso Salarial Nacional temos que cumprir, estamos no limite dos gastos com a Educação.

Não é apenas o município de Araquari, que está no limite, o estado também está no limite. Como é que vamos fazer? Como é que vai se resolver isso? Que solução tem para isso?

Eu escutava a deputada Luciane Carminatti falando, com muita propriedade, diga-se de passagem, sobre a questão das verbas do pré-sal, que deveriam ser carimbadas. Concordo de forma absoluta com v.exa., porque seria uma alternativa que teríamos neste país para resolvermos a questão fundamental do ensino. Não do ensino fundamental, mas, sim, a questão fundamental do ensino neste país, porque país nenhum chega a lugar algum se não tiver uma educação bem sedimentada, desde a sua base, desde o seu início.

País nenhum alcança nível de desenvolvimento social bom se não estiver respaldada na educação a base para tudo. E o que aconteceu? Fica mais fácil construir uma escola nova? Vamos trocar isso em miúdos. Quanto tempo leva para ser praticado, ver isso acontecer?

A resposta que obtive do secretário foi: Deputado Nilson Gonçalves, há o problema da licitação, depois tem o problema dos recursos, depois da burocracia, enfim, são muitos problemas.

Então, simplificando, na vida pública, no serviço público, nada se consegue rapidamente a médio prazo, tudo que se quer fazer demanda muito tempo por conta da burocracia, por conta dos caminhos todos que se têm que percorrer para se chegar e alcançar um objetivo. E simplificando mais ainda, estamos em ano eleitoral, tudo que se fizer este ano pode ter a conotação de que está se fazendo campanha, porque é ano político.

Portanto, saímos da sala do secretário com a sensação de que este ano não vamos ter praticamente nada para o município, porque estamos em ano eleitoral, a burocracia é demorada e

podemos empacar à frente com o prazo limite da época de eleição.

A respeito da BR-280, na região de Joinville, o deputado Sandro Silva sabe disso, tivemos reuniões em Brasília há dois anos, foram várias reuniões, e ouvimos do ministro a promessa de que até o final de 2012 as máquinas estariam roncando naquela BR para a sua duplicação. Já entramos no ano 2014, já ocorreu a licitação dos lotes, tanto para o lado de São Francisco do Sul como para o lado de Jaraguá do Sul. Mas o que aconteceu? Uma das empresas que ganhou o lote para o lado de Jaraguá do Sul entrou com recurso contra a empresa que ganhou o lote para o lado de São Francisco do Sul. Por quê? Segundo a empresa, não havia capital suficiente para bancar a obra com o valor que havia ganhado na licitação.

E qual foi a conclusão? Foram todos para a Justiça e a concorrência foi anulada. Estamos na estaca zero com relação às obras da BR-280, sendo que cada semana que passa é uma pessoa atropelada aqui, um morto lá adiante. É um caos total e geral para se chegar até São Francisco do Sul, porque lá há o porto e as praias da Barra do Sul, do Ervino, da Enseada, de Ubatuba, do Forte, do Capri, além da cidade de São Francisco do Sul. Todos esses lugares e apenas um caminho cheio de radar, com velocidade máxima permitida de 60km por hora e uma boa parte das pessoas anda a 20km por hora, com medo da multa, causando grande fila naquela região. Enfim, todo o final de semana é um caos geral. E em dia de semana para ir a São Francisco do Sul qualquer pessoa tem que se preparar psicologicamente, principalmente para chegar até o Porto de São Francisco, um dos portos que mais movimentação de cargas tem no Brasil.

Vem soja lá do Mato Grosso e do interior do Paraná para carregar em navios aqui no porto de São Francisco do Sul e temos agora novamente as licitações canceladas, mas estamos aguardando pacientemente.

Fiz um pedido de informação, não recebi qualquer tipo de resposta e se continuar assim vou ali no final da rua, onde fica o DNIT, para saber

em que pé está a situação, porque tenho que saber para dar satisfação aos meus eleitores, até porque nós, deputados da região, somos cobrados diariamente sobre a questão da BR-280.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes)- Ainda dentro do horário reservados aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSOL.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, hoje gostaria de falar sobre dois temas, um deles diz respeito às taxas de cartório e o outro aos patamares de pagamento de ônibus aqui em Palhoça.

Mas a Casa está lotada, sou sindicalista de serviço público, da carreira do Judiciário Trabalhista de Santa Catarina e sei como era frustrante ir à Câmara Federal e os deputados se sucederem na tribuna falando sobre todos os assuntos menos os que estavam fazendo as galerias estarem cheias, quer dizer, sobre as nossas reivindicações. E isso ficava parecendo uma coisa muito exótica, portanto, não quero cometer esse mesmo erro, por isso, vou dedicar este tempo para dialogar um pouco com os servidores do serviço público estadual de Santa Catarina que estão aqui conosco hoje.

Quero iniciar, me permitam chama-los de companheiros, na qualidade de sindicalista que sou, falando sobre uma preocupação de fundo maior, pois enquanto não compreendermos que os servidores públicos são as pessoas que realizam as políticas públicas ficaremos sempre tratando de amenidades. Quando fui deputada estadual suplente e assumi uma cadeira nesta Casa, na Legislatura anterior, ouvi um líder do governo dizendo que determinada categoria tinha uma gratificação porque o padrinho aqui dentro era bom. Sabemos que isso tem acontecido no serviço público de Santa Catarina.

Srs. deputados, não é verdade que todos os salários são ruins. Na verdade, há salários de uma pequena casta que são muito bons, aliás, de uma casta sempre escorada em apadrinhamentos políticos, não com base no que vêm dizendo por aí agora sobre eficiência. Se for para discutir eficiência temos que discutir amplamente, então, vamos avaliar o mandato de todos nós deputados e deputadas, vamos avaliar o deputado de um governador que disse que sua prioridade era a saúde, que continua exatamente como estava, senão pior do que quando entrou, e vamos todos discutir com margem na eficiência e de quem realiza política pública de verdade.

O que me preocupa é enquanto discutimos gratificação, não estamos discutindo o ponto fundamental, pois precisamos ter uma política para o serviço público no nosso estado, para servidor público, caso contrário vamos passar o resto das nossas vidas achando que os servidores do Imetro tiram a gratificação da Fundação Catarinense de Educação Especial ou que o pessoal da Fatma está tirando dinheiro dos servidores da secretaria da Saúde, o que não é verdade! A divergência não está entre nós, não entre um ou outro companheiro de categorias, que está igualmente ferrado, que está ganhando pouco mais de R\$ 1 mil por mês, que está prejudicando, mas, sim, a ausência de uma política de tratar servidor público como aquele que realiza as políticas públicas. E aí para nós só tem uma solução, ou seja, discutir, juntamente com todos os sindicatos das diferentes categorias, porque temos um problema comum que não responde por nome de fulano ou de beltrano que é o governador de plantão, mas responde por uma concepção de governo.

Enquanto nós não tivermos um plano de cargos e salários para servidores públicos que trate igual os iguais, que trate desigualmente os desiguais, e não interessa sobrenome ou padrinho político, nós vamos continuar do mesmo jeito, catando uma gratificação aqui, catando uma gratificação ali.

Eu sei que no final do mês o que paga as nossas contas é o nosso salário, e se vem com nome

de gratificação, ou de Plano de Cargos e Salários, às vezes parece não fazer diferença.

Mas eu queria alertar vocês. Claro que vários parlamentares que estão aqui vão ajudar vocês, estarão junto, vão buscar construir ponte, vai ter voto em plenário, mas temos que ter um olho no hoje e um olho no futuro também. O futuro para a nossa categoria.

O futuro da categoria dos servidores públicos é apostar em Plano de Cargos e Salários, então vamos trabalhar. Se hoje a ferramenta que nós temos disponível é a gratificação, nós vamos trabalhar por ela também.

Quando eu era vereadora não acompanhava o Sindicato quando dizia que não podia dar gratificação. Às vezes a gratificação é a única ferramenta que se tem disponível, mas um olhar no futuro, companheiros, nos exige pensar também num Plano de Cargos e Salários.

De minha parte, como sindicalista que sou e ora deputada, não faço outra coisa a não ser a minha tarefa em apoiar a luta de vocês aqui. Mas vai ser a unidade de vocês, em torno de uma perspectiva de agora e de futuro, que vai determinar a vitória desse movimento, e eu torço que aconteça em breve.

Muito obrigada!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputada Angela Albino.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSD.

Com a palavra, o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL, servidores e pessoas aqui presentes na Assembleia Legislativa.

Gostaria de dizer que no ano que passou participamos ativamente de algumas negociações, principalmente da área da Segurança Pública, da Polícia Civil, onde, por um bom período, fui vice-

presidente da Associação dos Delegados e sempre participei dessas negociações.

Esperamos que haja um entendimento com todas as categorias através do secretário Gavazzoni, que tem demonstrado um esforço muito grande para resolver as questões. Espero que com essas categorias também aconteça o mesmo, porque se ele não fizer esse esforço e o governador não autorizar, não vai haver negociação e o que nós queremos é que os servidores sejam atendidos da melhor maneira possível.

Fiquei 60 dias licenciado desta Casa, no rodízio que o Partido está fazendo para que outros deputados suplentes possam aqui permanecer, vejo que isso é saudável. Em 2002 também fiquei como suplente de deputado estadual. Em 2006 tive a oportunidade de assumir. Se não fosse aquela posse, talvez tivesse ficado só no caminho profissional e deixado de lado a atividade política.

Então, sei o quanto é importante esse rodízio, essa oportunidade que os deputados, que os partidos dão aos suplentes que trabalham ativamente na eleição. Isso tem uma importância muito grande, então, com satisfação tenho participado. Fiquei 60 dias ausente desta Casa, mas aqui estamos novamente.

Nós estivemos sexta-feira na abertura da Expo Femi, em Xanxerê, um grande evento que mostra a pujança da indústria, do comércio, da agricultura no estado de Santa Catarina e principalmente daquela região. Parabênizo os organizadores daquele evento.

Estivemos lá visitando o *stand* de várias empresas e entidades, fazendo um registro da Sicoob Credimoc, ao Odir, que é o gerente, e a toda sua equipe pela recepção, demonstrando os investimentos que a Sicoob tem feito na região, com financiamento e apoio às novas indústrias.

Inclusive, temos programado para o dia 2 de abril nesta Casa uma homenagem ao sistema Sicoob do estado de Santa Catarina pelo o que tem demonstrado e pelo o que tem feito pelo nosso estado.

Hoje nesta tribuna já foi falado sobre algumas obras realizadas em nosso estado através de recursos do governo federal. Acho até que o governo federal tem que mandar mais dinheiro para os estados e para os municípios, porque as obras que o governo federal têm a obrigação de fazer, não faz.

Quero ver o anúncio do governo federal referente ao aumento do salário mínimo em nível de Brasil, o aumento dos salários dos aposentados pelo INSS. É um descaso como o governo federal tem tratado Santa Catarina e acho que também é em nível nacional.

A BR-282, em Xanxerê, onde está sendo realizada a Expo Femi, um evento que mostra a força da agricultura, do comércio, da indústria, estampa a incompetência do governo federal. Foi feita uma parte da obra e está totalmente abandonada, sem andamento há quase dois anos.

Nós, através de uma mobilização da Câmara de Vereadores de Xanxerê, na época, com o presidente Fernando Calfas, fizemos uma moção nesta Casa, fomos ao DNIT que nos informou que em outubro passado as obras seriam retomadas, mas até hoje não foram retomadas. É a mesma situação aqui relatada pelo deputado Nilson Gonçalves da BR-280.

Assim, alguma coisa tem que ser feita pelo ministério dos Transportes pela inoperância e incompetência do DNIT, como disse o deputado Nilson Gonçalves, mortes ocorrem no trânsito por imprudência, por negligência e por imperícia, mas ocorrem pela situação precária das nossas estradas e rodovias.

A BR-163, no oeste catarinense, também é um caos. A manutenção é péssima, a situação da rodovia é péssima, o trajeto do extremo oeste de Chapecó até a fronteira é muito precário. O trecho de São Miguel d'Oeste a Dionísio Cerqueira está em obras, mas o restante da rodovia é um caos como a BR-470 que o governo federal já vez ato de autorização, já assinou aquilo e de vez em quando há uma mobilização para aquelas rodovias. O certo mesmo é o governo federal passar os recursos para

o estado de Santa Catarina, para os municípios porque daí sim, essas obras irão acontecer.

Recebi um expediente de muitas entidades do Conselho de Entidades do Extremo Oeste solicitando informações a respeito do projeto técnico da ferrovia leste-oeste, norte-sul. Não se faz a obra da BR-470, que o governo federal faz um monte de discurso; não se faz a BR-280 e de vez em quando alguns realizam reuniões para discutir a ferrovia, deputado Mauro de Nadal, se as rodovias estão abandonadas pelo governo federal virando novela mexicana sem fim e sem que ninguém entenda.

Fizemos um pedido de informação para que possamos saber como está o projeto, se já existe previsão orçamentária, se está incluído no PPA, no Orçamento. Todas as entidades de Santa Catarina querem saber. Então, é bom que o governo federal repasse mais dinheiro para os municípios, para os estados, porque daí pode ser que efetivamente as obras aconteçam. No que depende do governo federal, não está acontecendo exatamente nada.

Não há preocupação em mudar a legislação com referência à segurança pública. Estamos vendo a insegurança que vive o cidadão e o governo federal está omisso. O governo federal, começando no governo Lula, faz uma fanfarra em cima da Copa do Mundo, investindo R\$ 1,5 bilhão num estádio que sediará quatro jogos do evento e que depois ficará à disposição de um campeonato distrital que tem, em média, três mil pessoas por jogo, quando o estádio tem capacidade para 60 mil torcedores.

Antes se falava na ferrovia norte-sul, leste-oeste, mas agora não ouvimos mais nada. Houve tanta eficiência com relação à Copa do Mundo e não há eficiência para tratar das necessidades básicas dos brasileiros. Não era sobre esse assunto que falaria hoje, mas vemos o governo estadual preocupado com saúde, segurança e não vemos o resultado das obras federais.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me consegue um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Deputado, v.exa. está mal informado. Nunca vi tantos

investimentos em Santa Catarina com recursos federais. Quanto à questão da Copa do Mundo, se observarmos, não há mais como comprar ingresso. E a outra informação que talvez v.exa. não tenha é que os investimentos nos estádios de futebol são investimentos privados, não são públicos. Não se trata de recursos financeiros, mas, sim, de financiamentos para as instituições privadas.

Essa verdade tem que ser dita para a população. É uma inverdade o que v.exa. disse de que há investimentos públicos nos estádios da Copa. Pela primeira vez há esse investimento no Brasil. Vários países do planeta queriam a Copa do Mundo. Os países que sediaram a Copa do Mundo se modificaram, a exemplo da África do Sul, que é outro país hoje, constando na agenda mundial.

Temos que comemorar esses investimentos, porque o povo também precisa disso. Mas todos os investimentos nos estádios de futebol são particulares, apenas financiados pelos bancos públicos, mas os recursos vão ser devolvidos depois. Então, é preciso que seja feito esse esclarecimento. E o governador Raimundo Colombo sempre tem elogiado os tantos investimentos que o governo federal tem feito no estado de Santa Catarina. Agora falta a contrapartida do estado. Queremos ver as obras estaduais que até agora não têm aparecido.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - O estádio de Brasília não tem um centavo da iniciativa privada. O valor de R\$ 1,5 bilhão foi cobrado do então ministro dos Transportes, porque ele realmente disse que o investimento não seria público.

O estádio de Brasília foi totalmente construído com dinheiro público. Ainda houve algumas arenas que foram construídas com recursos particulares, com financiamentos pelas equipes, mas o estádio de Brasília que custou R\$ 1,5 bilhão foi totalmente construído com dinheiro público.

O governador Raimundo Colombo está certo, porque está vindo dinheiro federal e está sendo bem aplicado pelos municípios e pelo estado.

É o que digo aqui: O governo federal não faz a 470, não faz a 282 e fica falando sobre as rodovias. Então, precisa repassar o dinheiro para os estados para que estes façam as obras. O estado de Santa Catarina é grato, porque tem vindo recurso federal e tem sido aplicado. Então, para não se fazer injustiça com o que realmente está acontecendo, tem que se cobrar a omissão do governo federal com as obras federais no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Renato Hinnig, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, servidores que nos prestigiam nas galerias, ocupo a tribuna no espaço do nosso partido para fazer uma manifestação a respeito do desempenho de gestão feito pela União Brasileira de Divulgação, e temos a grata satisfação de divulgar que entre os 100 melhores prefeitos do Brasil temos dois prefeitos do nosso partido, do PMDB, em Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"O prefeito de Águas Mornas, Pedro Francisco Garcia, do PMDB, foi considerado um dos 100 melhores gestores dos municípios do Brasil pela União Brasileira de Divulgação - UBD.

O programa 'Os Melhores Prefeitos do Brasil por um Brasil Melhor' premia os 100 gestores mais bem avaliados nos primeiros oito meses de gestão. Mais dois prefeitos do PMDB estão entre os 15 prefeitos classificados de Santa Catarina.

O vice-governador do estado e presidente estadual do PMDB, dr. Eduardo Pinho Moreira, ficou satisfeito com a pesquisa e parabenizou o exemplo de gestão dos prefeitos classificados: 'A boa gestão pública e a dedicação em servir é que fazem

o gestor. Parabéns para os classificados, em especial para o Garcia, que se destacou com seu modo de administrar.'

Segundo Garcia, prefeito e Águas Mornas, o município tem trabalhado forte na elaboração de projetos em todas as áreas, buscando o desenvolvimento do município que possui seis mil habitantes. Diz ele: 'Nós pegamos a prefeitura sem nenhum projeto, e hoje possuímos mais de 30 projetos em todas as áreas do município.

Demos uma nova roupagem no modelo de administração de Águas Mornas. Este prêmio nos incentiva a produzir ainda mais e buscar a melhoria da qualidade de vida dos nossos moradores.'

A pesquisa de opinião é feita pela UBD e analisa os primeiros oito meses da primeira gestão à frente do município, considerando fatores como boa gestão, transparência na aplicação do dinheiro público e boas práticas administrativas nas áreas da Saúde, Educação, Merenda Escolar e infraestrutura, entre outros, avaliando assim a qualidade dos serviços prestados à população.

Prefeitos de todos os estados foram avaliados. Em Santa Catarina fazem parte dessa lista 15 prefeitos, sendo que o prefeito de Águas Mornas foi o primeiro colocado do estado. Outros dois prefeitos do nosso partido, PMDB, estão entre os 100 eleitos, como o prefeito de Botuverá, José Luiz Colombi; e de Cunha Porã, Jairo Rivelino Ebeling. A lista dos 100 municípios brasileiros que receberam o prêmio de Excelência está no site da UBD - União Brasileira de Divulgação."

Então, quero mais uma vez parabenizar esses prefeitos de Santa Catarina, especialmente os do PMDB, pela forma como administram seus municípios e que acabou por resultar na concessão desse prêmio, que envaidece a todos nós peemedebistas e, sem dúvida nenhuma, envaidece Santa Catarina e os municípes que moram nos municípios que tem esse tipo de gestão.

Felizmente, aqui em Santa Catarina estamos com vários exemplos de prefeitos, de boa gestão e ressalto aqui os do PMDB, mas também nas outras

siglas partidárias isso acontece da mesma forma. Somos um estado promissor que se desenvolve a cada dia e isso é reflexo dos gestores públicos que temos.

Essa prática deve ser estimulada, incentivada e, nós, deputados estaduais, temos que ressaltar a importância desse trabalho.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado ao PMDB, com a palavra o deputado Aldo Schneider, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, plateia.

Quero falar um pouco sobre as decisões tomadas na última segunda-feira na reunião do diretório estadual do PMDB, que definiu anteriormente com a bancada federal, que envolve seis deputados federais e dois senadores, que representam o PMDB no Congresso Nacional e os dez deputados estaduais catarinenses, juntamente com executiva do partido, que nos reuniremos no dia 26 de abril para a pré-convenção aqui em Santa Catarina para, a partir daí, definirmos os caminhos que o PMDB adotará visando às eleições do dia 5 de outubro.

Dentro do nosso partido, que possui mais de 110 prefeitos, organizado nos 295 municípios de Santa Catarina, vamos defender duas teses no próximo dia 26. A primeira delas renova a atual coligação do atual governador do estado, Raimundo Colombo, com os partidos aliados da tríplice aliança. Há os que defendem essa tese dentro do partido e dentre deles cito o senador Luiz Henrique da Silveira, ex-governador; o senador Casildo Maldaner; o nosso vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, também presidente atual do PMDB; e a outra tese é a de que o PMDB deve ter um candidato próprio do partido ao governo do estado, defendida por alguns companheiros, dentre os quais o deputado federal, Mauro Mariani, o deputado mais votado de Santa Catarina no último pleito; e

também o prefeito de Balneário Camboriú, Edson Piriquito.

Evidentemente que cabe aos delegados do partido, que são mais 500 espalhados por todo esse estado, essa definição de como, onde e de que maneira o PMDB estará se portando eleitoralmente a partir do momento em que forem deflagradas as convenções estaduais.

Logicamente que cada parlamentar, cada militante, cada delegado, cada prefeito, cada filiado tem um sentimento. E, logicamente, que esse sentimento tem que ser respeitado através da presença dos delegados, que irão, no dia da convenção, 26 de abril, através do voto, colocar o sentimento do município que representa o do diretório que ele está representando.

Logicamente que nós na condição de deputado estadual temos a prerrogativa de defender esta ou aquela tese. Eu, particularmente, defendo a tese, juntamente com o deputado Federal Rogério Mendonça e estou autorizado por ele a falar, da reedição da aliança ou da manutenção da atual aliança com o governador Raimundo Colombo exatamente por entendermos que a nossa região, a região do vale do Itajaí, está sendo atendida a contento pelo governador de Santa Catarina em todas as áreas. Logicamente, se a nossa região está sendo atendida a contento, nós, que representamos a região do Parlamento de Santa Catarina, temos que deixar clara a nossa posição e a nossa postura.

Evidentemente, respeito as opiniões contrárias, por isso vivemos em um país de direito democrático, mas vai chegar o momento em que os deputados estaduais e os deputados Federais, os próprios senadores vão ter que se manifestar. E a nossa manifestação neste momento é cumprimentarmos a direção estadual do partido pelo fato de levarmos essa decisão aos nossos delegados. E que não se definiu em nível de executiva e em nível de diretório estadual uma decisão tão importante que envolve os destinos de mais de 150 mil filiados.

A partir do momento em que estamos envolvidos neste processo e na condição de líder regional

temos que deixar claro para Santa Catarina de que lado e como estamos.

Estamos neste momento, eu e o deputado Federal Rogério Mendonça, o Peninha, apoiando a reedição da aliança que atualmente governa Santa Catarina, exatamente pelos motivos que explicamos há pouco.

Logicamente de que o trabalho que eu e o Peninha estamos fazendo e faremos é no intuito de convencer os delegados que compõem os mais de 60 municípios do vale do Itajaí para que a nossa tese, o nosso empenhamento, seja no sentido de que os nossos companheiros compreendam importância do papel do PMDB no atual governo, papel esse que desde a eleição do atual governador tenho dito que somos o principal sócio deste governo. Nesse contrato com Santa Catarina o principal sócio é o PMDB, porque é o partido que mais deputados estaduais fez, que mais deputados federais fez e é o partido que elegeu um dos senadores, porque havia duas vagas, mas a nossa coligação elegeu naquele momento os dois senadores.

Então quero deixar claro que o nosso posicionamento, evidentemente respeitando todas as opiniões divergentes, mas agora é o momento de teses, de defesas, da candidatura própria, com todo o respeito aos nossos companheiros que defendem essa condição, e temos a tese da reedição da atual aliança. Logicamente que no dia 26 de abril os nossos delegados e os nossos companheiros saberão perfeitamente levar o nosso PMDB para aquilo que eles entendem que é o melhor caminho. Evidentemente que a partir do resultado da pré-convenção do dia 26 de abril, o mais importante é que não haja vencido nem vencedores, o mais importante é que o PMDB saia unido e que demonstre para Santa Catarina essa grandiosidade que é esse partido.

Evidentemente que temos o momento da discussão, da divergência, da defesa de cada um das suas teses, mas também temos que ter a grandeza democrática de saber de que uma das teses sairá vencedora desse certame, e esperamos e conclamamos que todos os companheiros adotem a tese vencedora até porque temos a responsabilidade

de demonstrar para Santa Catarina o tamanho que o PMDB tem. E se o PMDB é desse tamanho é porque tem milhares de catarinenses que acreditam no projeto e no jeito do governo do PMDB de governar.

Hoje, é verdade, estamos na vice-governança de Santa Catarina, mas ocupamos vários cargos importantes no atual governo, e dentro desses cargos importantes o PMDB também está imprimindo a sua marca de governo, seja na secretaria de Infraestrutura, na secretaria da Saúde, na secretaria de Justiça e Cidadania, na Epagri, no Detran, enfim, em vários outros órgãos.

Por isso, srs. parlamentares, sociedade catarinense, eu venho à tribuna para declarar oficialmente o nosso apoio à atual aliança, por entender que temos muito a fazer por Santa Catarina, mas apenas conseguiremos manter esses feitos, esse projetos de governabilidade, se renovarmos com Santa Catarina esse contrato no dia 5 de outubro, para que se mantenha Raimundo Colombo como governador; o PMDB com a vice-governança e, obviamente, outros partidos.

(Manifestação das galerias)

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - O Sr. presidente, deputado Nilson Gonçalves, olhou-me com desconfiança e tem razão para isso, pois eu vou dizer que o PMDB deveria ouvir as suas bases e as suas vozes que estão aqui nas galerias.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Com certeza o PMDB ouvirá as vozes das bases, inclusive as que

estão nas galerias, através dos nossos delegados no dia 26 de abril.

No dia 26 de abril as vozes do PMDB estarão depositando o seu voto e apontando o caminho que devemos seguir.

(Manifestações das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, amigos da TVAL, da nossa Rádio Alesc Digital, público que se faz presente neste plenário, quero dizer que, na condição de líder do Partido Progressista, sinto-me solidário com vocês porque buscam uma reivindicação justa e acabaram ficando de fora no processo.

(Manifestação das galerias)

Acredito no diálogo e tenho certeza de que, assim como as demais secretarias, como no caso da Fatma, não vai ser diferente com o Imetro, com a Fundação de Educação Especial, com as autarquias, buscando o entendimento. Coloco-me à disposição como sempre fizemos, e o governo não vai se furtar em abrir diálogo de entendimento e de negociação. Portanto, sejam bem-vindos!

Aqui realmente é o fórum legítimo de debate para protestar, para trazer a legitimidade das suas reivindicações.

Sr. presidente reiterada vezes tenho utilizado a tribuna desta Casa e falado sobre um tema crucial relacionado à questão da matriz energética do país e sempre tenho dito que um país emergente como o nosso não pode jamais se furtar de buscar as fontes de energias quer elas renováveis ou não.

(Passa a ler.)

"Agiu bem o ministro das Minas e Energia, Edson Lobão, quando deixou de lado o otimismo exacerbado que no começo do mês o levava a declarar ser de zero o risco de apagões e racionamento de eletricidade no país e passou a

admitir que existe um risco mínimo de isso acontecer. Em breve, se chuvas torrenciais não vierem em seu auxílio, estará admitindo que o risco é médio.

Sobre política no *Correio Braziliense*, nos anos 70, Lobão sabe que não adianta brigar com os fatos e que é melhor prevenir do que remediar. O fato é que no sudeste e o centro oeste persiste a tendência à estiagem. O que choveu nesses últimos dias foi pouco e o nível dos reservatórios das principais hidrelétricas do país continuou a declinar.

Mas há muita gente em Brasília que ainda prefere tapar o sol com a peneira, abominando os que falam de riscos, de raios, de reservatórios baixos, de apagões e de racionamento de energia elétrica. Afinal, estamos num ano eleitoral e se a realidade se mostra inconveniente, acham que se deveria deletá-la.

Esse desconforto do governo de tratar do problema energético é compreensível. Afinal, desde a campanha presidencial de 2002, a que levou Lula à presidência, o Partido dos Trabalhadores não economizou lambadas contra o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, cujas políticas foram responsabilizadas pela crise de energia de 2001 a 2002.

E olhem que as medidas tomadas pelo então ex-presidente, Fernando Henrique Cardoso para administrar os efeitos do longo período de estiagem, que esvaziou os reservatórios do país, permitiram que se atravessasse a etapa difícil com um mínimo de danos para a sociedade e a economia do país. Foi naquele período também que a maioria das nossas usinas termoelétricas foi instalada.

Os reservatórios de algumas das principais hidrelétricas do país estão em nível crítico. Ontem os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico mostravam a usina de Marimbondo, na fronteira em Minas e São Paulo, com 13,4% da sua capacidade de água. Preocupante era também a situação de Itumbiara, trabalhando com apenas 20,2% da sua capacidade; São Simão com 26,4%, Serra da Mesa com 32,6% e Furnas com 39,1%.

No sistema do São Francisco os níveis de enchimento também não estão lá essas coisas: Três Marias com 23,6%; Itaparica com 29,6% e Sobradinho, a principal delas em termos de geração, com 52,6%.

Nesta coluna, no último dia 5, insisti que o governo, em vez de negar a realidade deveria começar a tomar providências para se precaver quanto a uma crise no abastecimento de eletricidade.

Observei que a posição risco zero, apesar de se negar de antemão a possibilidade de apagões e racionamento, não condizia com a responsabilidade de precaução, que deve pautar a ação dos governos.

Como sabemos o cronograma de construção de usinas hidrelétricas no país está muitíssimo atrasado. Pior, muitos dos grandiosos projetos anunciados pelo governo passado nunca chegaram a sair do papel.

Felizmente, como já observei anteriormente, na estiagem de 2001 e 2002, o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso conseguiu dotar o país com uma rede de usinas termoelétricas capazes, até certo ponto, de compensar a redução na geração hidrelétrica.

São essas usinas termoelétricas que estão salvando a situação do país, ainda nos dias de hoje, a um custo substancialmente mais elevado que o das hidroelétricas.

Nos primeiros dez dias de fevereiro, bateram o recorde de produção de energia de 12,887 megawatts/hora, atendendo a quase 19% da demanda energética nacional.

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE -, presidido por Lobão, já havia divulgado nota em que admitia, pela primeira vez, a probabilidade de desabastecimento de energia no Brasil por causa da falta de chuvas, apesar de considerá-la 'baixíssima'."

Fiz este relato, sr. presidente, para dizer que temos um jazimento, no estado de Santa Catarina com mais de 32 bilhões de toneladas no subsolo, o que pode gerar energia para compensar toda essa demanda que o país exige.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, quero registrar, com muita satisfação, a presença do sr. vereador Vilson Martins dos Santos, do município de Xanxerê, neste Parlamento. Temos compromissos agendados para logo mais, em duas secretarias de estado, juntamente com o prefeito Clemilton, com o secretário de Turismo, Paulino; com o presidente da Câmara de Vereadores, Márcio; e com o vereador Neném, de Araquari. Nós estaremos logo mais cumprindo alguns compromissos aqui na capital.

Agradecemos a presença deles aqui nesta Casa.

Muito obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Milton Scheffer - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Gostaria de anunciar a presença nesta Casa do prefeito Tarcísio, de Atalanta; da vereadora Lete, e dos vereadores de Urussanga, acompanhados do Ivan Vieira, que é funcionário da Epagri. Estão aqui em Florianópolis tratando de assuntos de interesse da comunidade de Urussanga.

Muito obrigado, presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro, senhores deputados, deputadas, passaremos à Ordem do Dia.

Temos o compromisso da votação de vários vetos na tarde de hoje, mas temos um baixo quórum para a votação. Não sei quanto ao entendimento das lideranças. Vamos aguardar um pouco adiantando outras matérias.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. Deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sim, concordamos, se for a caso, adiantarmos as outras matérias, mas também faço uma sugestão.

Há uma solicitação, uma inscrição para falar dos representantes do Sintesp. Sabemos que eles têm depois uma atividade de assembleia, mas sei que regimentalmente temos que esperar a Ordem do Dia.

Mas se for o caso, inclusive, para facilitar para eles e para nós, beneficiando aqui os deputados que estão chegando, poderíamos fazer uma inversão. Quem sabe uma interrupção da sessão agora, concedendo a palavra para o Sintesp, e poderíamos depois, então, fazer a verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Deputado Neodi Saretta, tendo em vista o quórum baixo para a apreciação dos vetos, e como temos poucos encaminhamentos, poderemos dar conta da pauta da Ordem do Dia e em seguida abrir espaço para a manifestação.

É uma questão bem rápida que temos para encaminhamento, tendo em vista que os vetos não serão apreciados.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Concordamos, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Então, deixamos os vetos para outro momento, votaremos aqui alguns comunicados.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Apenas gostaria de fazer um convite especial para os nossos nobres colegas, que obviamente estão nos seus gabinetes atendendo às demandas do interior do nosso estado, os municípios em especial. Mas que, dentro de dez minutos, no máximo, pudessem comparecer aqui no Plenário para deliberarmos esta

pauta de vetos e de outras matérias do dia de hoje.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Perfeito. Esta Presidência reforça o apelo aos parlamentares que estão em seus gabinetes para que possam vir ao Plenário para que possamos apreciar os vetos.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0044/2014, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 3.746, de 1965, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Hospitalar Peritiba, de Peritiba.

Conta Com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, a Indicação n. 0085/2014, de autoria da deputada Luciane Carminatti.

Comunica ainda que defere de plano os Requerimentos n.s: 0136/2014, 0137/2014 e 0138/2014, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0139/2014, de autoria do deputado Maurício Eskudlark e 0140/2014, de autoria do deputado Jean Kuhlmann.

Com a permissão do deputado Jean Kuhlmann, a deputada Ana Paula Lima e o deputado Ismael dos Santos, subscrevem o referido requerimento.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário o Requerimento n. 0141/2014, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita ao presidente do Tribunal de Contas do estado, cópia completa do processo PDA 13/001355368, auditoria de regularidade de registros contábeis e execução

orçamentária relativa ao exercício de 2012, da prefeitura de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0017/2014, de autoria do deputado José Milton Scheffer, a ser encaminhado ao governador do estado, solicitando informações referentes ao cenário atual e qual a avaliação dos serviços prestados na gestão da Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM), em relação ao Hospital Regional de Araranguá.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0018/2014, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser encaminhado ao governador do estado, solicitando informações referentes à desistência do acordo de cooperação com a Polícia Federal para a doação de dois helicópteros modelo Bell 412.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0019/2014, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, a ser encaminhado ao governador do estado, solicitando informações

referentes aos Projetos Técnicos das Ferrovias Leste-Oeste e Norte-Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0020/2014, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser encaminhado ao governador do estado e, por meio deste, ao secretário de estado da Administração, solicitando informações referentes aos terrenos e imóveis pertencentes ao governo do estado, localizados no município de Araranguá.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Gostaria de registrar a presença do vereador Jucinei, de Paulo Lopes; da vereadora Izolete, de Urussanga, e também do vereador Preto, de Maracajá, que se fazem presentes no plenário desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Srs. deputados e sras. deputadas, vemos ainda um quorum baixo para deliberarmos os vetos.

(Procede-se à verificação de quorum por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADA ANGELA ALBINO

presente

presente

DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	presente
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	presente
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	presente
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	presente
DEPUTADO JAILSON LIMA	presente
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	presente
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	presente
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	presente
DEPUTADO JOSÉ NEI ALBERTON ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	presente
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	presente
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	presente
DEPUTADO MAURO DE NADAL	presente
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	presente
DEPUTADO NEODI SARETTA	presente
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	presente
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	presente
DEPUTADO RENATO HINNIG	presente
DEPUTADO RENO CARAMORI	presente
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SANDRO SILVA	presente
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	presente
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	presente
DEPUTADO VALMIR COMIN	presente
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	presente

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1227/2013, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0307/2013, de autoria do deputado Mauro de Natal, que dispõe sobre a implantação de espaços de retenção para bicicletas e motocicletas e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, quero fazer um apelo aos nobres pares desta Casa pela derrubada deste veto tendo em vista a importância desse projeto de lei.

Até trago um pequeno vídeo de 30 segundos para exemplificar, que mostra onde já funcionam leis dessa natureza, que permitem que os ciclistas e motoqueiros possam se postar de forma que no momento da abertura do sinal tenham prioridade, evitando com isso acidentes.

Isso ocorre em cidades brasileiras como Aracajú, no estado de Sergipe, em São Paulo, em Serra, no Espírito Santo, em Natal, bem como em países como França, Áustria, Dinamarca e Suécia. E os resultados são satisfatórios e positivos na prevenção de acidentes.

Faço um apelo aos deputados para votarem pela derrubada do veto, tendo em vista a importância desse projeto, que não traz despesas ao governo de Santa Catarina, porque é uma obrigatoriedade dos municípios.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, para encaminhamento e orientação de nossa bancada nos posicionamos pela derrubada do veto e solicitamos aos companheiros da bancada do Partido dos Trabalhados para que procedam dessa forma na votação.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, para encaminhamento, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, esse projeto do deputado Mauro de Nadal tem mérito como tantos outros, mas infelizmente, possui carência de fundamentação legal, porque fere o art. 22, do inciso XII da Constituição Federal. Todos nós sabemos que trânsito é de competência da União. Portanto, a orientação do governo é pela manutenção do veto.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Eu sou motociclista há pelo menos 50 anos e conheço muito bem esse tipo de problema, e gostaria de externar, publicamente, além do meu voto no painel a minha aprovação pela derrubada desse veto.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Eu entendo perfeitamente no mérito a importância da discussão, mas não posso, em momento algum, com 23 anos de Casa, ir contra uma lei maior. Nós temos que ser conscientes. Nós já discutimos isso na comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, que presidi por vários anos, que precisamos obedecer ao Código Nacional de Trânsito. Não posso aqui brincar de votar. Não posso! Perdoem-me, mas tenho que ser correto com os usuários das rodovias. Então, a lei só pode ser mudada se formos ao Congresso Nacional e mudarmos o Código Nacional de Trânsito, aí concordo.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, exatamente como falou o deputado Reno Caramori nós temos o Código Nacional de Trânsito. O trânsito de motocicleta entre os veículos já é proibido. A motocicleta na verdade teria que estar numa fila igual aos veículos. Então não tem como alterarmos o trânsito. Eu reconheço que precisamos buscar alternativas para melhorar, para reduzir o número de mortes, mas haveria uma disputa entre os motoqueiros para tentar passar lá na ponta, para ficar na frente dos veículos. Na verdade nós estamos afrontando o Código Nacional de Trânsito e talvez criando um problema maior, porque o trânsito de motocicletas entre os veículos já é uma penalidade. Então, não podemos ter essa aprovação.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, para encaminhamento de votação, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Primeiramente, gostaria de falar que não estou brincando de votar, com todo respeito deputado Reno Caramori, estou votando sério; em segundo lugar, que se isso está valendo em São Paulo, nós podemos fazer valer aqui também; em terceiro lugar, que a aprovação dessa matéria é importante, porque provoca aí uma discussão posterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto, e os que votarem "não", rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

DEPUTADA ANA PAULA LIMA não

DEPUTADA ANGELA ALBINO não

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR não

DEPUTADO CARLOS CHIODINI não

DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	abstenção
DEPUTADO JAILSON LIMA	não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	abstenção
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO RENATO HINNIG	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SANDRO SILVA	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	não

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 19 votos "não", sete votos "sim" e duas abstenções.

Está mantido o veto.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, já votei, mas Santa Catarina já foi exemplo para a Câmara dos Deputados em relação ao Código Ambiental, que forçou o Congresso Nacional a mudar a legislação. Nós temos que ser ousados e darmos o exemplo para o Brasil.

Então, um projeto dessa natureza pode servir, sim, deputado Reno Caramori, para fazer as modificações no Código Nacional de Trânsito, como a que fizemos no Código Florestal Brasileiro e partiu daqui essa discussão.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1368/2014, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0517/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta, que isenta de pagamento da Taxa de Expedição de Certificação de Licenciamento Anual e Inspeção Veicular nos termos que especifica.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, para encaminhamento de votação, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, gostaria de esclarecer que esse projeto não se trata de uma isenção generalizada, mas nos casos dos veículos dos colecionadores chamados antigos mobilistas, inclusive há uma lei aprovada aqui em Santa Catarina estabelecendo o dia do antigo mobilista, que são os colecionadores de veículos antigos e neste caso a referida taxa ficaria isenta.

Então, é nesse caso específico dos chamados colecionadores, os antigos mobilistas e

encaminhamos pela derrubada do veto, portanto voto "não", já que não significa não ao veto.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Com a palavra, para encaminhamento de votação, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, esse projeto é sabidamente interessante, porém configura renúncia de receita. Portanto, teria que ser de gênese do Poder Executivo e a orientação do governo é pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADA ANGELA ALBINO	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim

DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	não

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 18 votos "sim" e 12 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1372/2014, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0354/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta, que dispõe sobre a inclusão no currículo escolar de conteúdos relacionados às leis, normas e convenções trabalhistas, tratados internacionais, prevenção de riscos profissionais, segurança e saúde do trabalhador e meio ambiente do trabalho, por meio de eixos transversais, e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, queria chamar atenção para dois aspectos desse veto e que fosse olhado de forma diferenciada, porque acabamos de

votar um projeto, inclusive de minha autoria, que de fato há uma discussão sobre iniciativa e de custo.

No entanto a Assembleia Legislativa de Santa Catarina foi a primeira Casa Legislativa do Brasil a criar uma Frente Parlamentar da Saúde do Trabalhador. Nós tínhamos aqui e pelo Brasil afora frentes parlamentares para tratar de "n" assuntos, mas não tínhamos no Brasil nenhuma frente parlamentar para tratar da saúde do trabalhador.

Nós criamos aqui por nossa autoria, mas os verdadeiros autores são os sindicatos, as centrais sindicais, as entidades que num amplo movimento nos ajudaram a propor esse projeto, porque foi levantado o dado estarrecedor de que Santa Catarina está 48% acima da média nacional em acidentes de trabalho, em adoecimentos do trabalho. É um título que envergonha esse estado que é de ponta no desenvolvimento do turismo e no poderio econômico. E, no entanto, coloca 48% acima da média nacional em acidentes de trabalho.

Esse projeto não cria absolutamente despesa nenhuma, não cria inclusive uma nova matéria curricular, porque aí sim poderia ser objeto de discussão, mas dispõe apenas sobre a inclusão de conteúdos. Vejam bem, não é a criação de matéria, mas a inclusão de conteúdos no currículo escolar, de conteúdos relacionados às normas, convenções trabalhistas, tratados internacionais, saúde e segurança do trabalho.

Ou seja, nas matérias já existentes podemos trabalhar inclusive por meio de eixos transversais, conteúdos de segurança do trabalho e negociações coletivas.

Não há inconstitucionalidade e não há despesas para o estado.

Então, faço um apelo e gostaria de chamar a atenção que esse não é um veto que trata de iniciativa de recursos, é um projeto que trata de saúde e segurança do trabalhador que não tem custo para o estado nem a criação de mais uma cadeira curricular, mas a inclusão de conteúdo de saúde do trabalhador.

Por isso, apelo à bancada do governo para que, não se tratando aqui de nenhuma matéria de Situação e Oposição, mas sim de uma matéria que trata de saúde do trabalhador, peço que derrubem esse veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Diante da manifestação do eminente deputado Neodi Saretta, achamos louváveis a sua iniciativa, mas evidentemente que temos que fazer aqui o nosso papel que é orientado pela Procuradoria-Geral do Estado que entende, através do artigo 206 do inciso VI da Constituição Federal que diz respeito ao princípio da gestão democrática do ensino público, bem como o artigo 32 da Constituição Estadual pela interferência do Parlamento no âmbito das competências privativas do Poder Executivo, que no âmbito das competências privativas do Poder Executivo ferindo o princípio da independência dos poderes.

Portanto, sr. presidente, oriento a base para pela manutenção do veto, voto 1, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não", rejeitam-no.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Eu já votei, mas quero aqui fazer um pequeno comentário. Eu, como Técnico em Segurança do Trabalho também tenho que usar de critérios legais, não apenas por termos constitucionais, mas também por termos profissionais.

Quem tem a responsabilidade na defesa do nosso trabalhador é o Ministério do Trabalho, que tem que cobrar das empresas os equipamentos de segurança, as condições de trabalho para que sejam evitados os acidentes. Não adianta usarmos matéria curricular se não dermos condições ao nosso trabalhador para que evitem os acidentes, não apenas fornecendo equipamentos, mas exigindo do trabalhador que os use. Aí nós vamos reduzir os acidentes de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Reno Caramori.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADA ANGELA ALBINO	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SANDRO SILVA	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	não

Está encerrada a votação.

Colhemos o resultado.

Temos 15 votos "sim" e 13 votos "não".

Está mantido o veto.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Eu gostaria de registrar a presença do vereador Sandro Luciano Calikoski, de Porto União, que visita esta Casa na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Renato Hinnig.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1374/2014, de autoria do governador do estado, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0011/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, que dispõe sobre a obrigatoriedade de vistoria e liberação por parte do Corpo de Bombeiros dos estabelecimentos de ensino das redes estadual, municipal e particular do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Eu quero pedir para que todos os parlamentares fiquem atentos, porque na verdade se considerarmos a menção ao projeto, a ementa, dá a impressão de que isso já é tarefa do Corpo de Bombeiros.

Então, a minha manifestação srs. deputados, é no sentido de retirar da pauta este veto, porque acredito que ainda há espaço para discussão com o governo, e quero fundamentar.

Nós aprovamos ano passado, o poder de polícia para o Corpo de Bombeiros Militares, mas qual é a diferença entre o papel dos Bombeiros Militares e o nosso projeto? A diferença diz respeito, basicamente, há duas questões: a vistoria e a fiscalização anual. Hoje, o Corpo de Bombeiros não tem essa prerrogativa.

O que tem acontecido nas escolas estaduais? Inaugura-se a escola e quando ela está quase caindo, chama-se o Corpo de Bombeiros para fazer a vistoria. Nós queremos evitar isso, queremos a vistoria anual.

Em segundo lugar, que o alvará de autorização esteja em local de fácil acesso no ato da matrícula, porque isso vai aproximar os pais da escola, os pais têm que saber que o ambiente educativo está fiscalizado e adequado. Eu acho que o governo tem que defender a aprovação desse projeto, porque em documento entregue na comissão de Educação, Cultura e Desportos, no dia de ontem, pelo secretário de Educação, é um documento oficial do governo, que diz o seguinte.

Foram vistoriadas 438 escolas em dezembro do ano passado, deputado Mauro de Nadal, e que das 438 escolas vistoriadas, 427 escolas precisam de intervenção emergencial.

Então, no que o nosso projeto ajuda? Tornar isso uma política permanente. Se o Corpo de Bombeiros conseguiu vistoriar no mês de dezembro metade das escolas, por que não pode todo ano vistoriar as escolas e instituir uma política maior de vistoria e fiscalização nas escolas estaduais?

Esta é a diferença, deputada Ana Paula Lima, a vistoria seria anual e não quando inaugura e

depois de cinco anos, dez anos, 15 anos numa nova vistoria, e também tornar de fácil acesso aos pais esse alvará de vistoria.

Eu tenho tentado diálogo com o governo do estado e não vejo motivo para ser contra a esse projeto, inclusive conversei com o comandante Marcos de Oliveira, responsável pelo Batalhão de Polícia Militar do Estado, o comandante-geral. Eu imagino que seja algum assessor jurídico que faz um parecer padrão e que pede veto para tudo.

(Manifestação das galerias)

Porque é um bem para as escolas catarinenses o que estamos propondo.

Então, quero pedir para que este veto não seja colocado em votação, para retirá-lo de pauta para que consigamos avançar num entendimento com o governo e tornar esse projeto em lei, efetivamente.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - É meritório toda argumentação da nossa deputada, mas a competência desse ato é do município, pois compete a ele na hora de fornecer o habite-se de qualquer estabelecimento fazer a fiscalização e exigir as adequações necessárias.

O município tem a competência e o direito de fazer convênio com os Bombeiros Voluntários ou Militares e exigir toda vez que renova o alvará a pedir que façam a vistoria contra qualquer sinistro ou juntamente, com a vigilância sanitária rever o problema da saúde pública.

Então, é meritória sua argumentação, mas isso já é lei. Por isso acho importante discutirmos o assunto. Em boa hora v.exa. retira o veto.

A sra. deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, eu pedi a retirada da matéria da pauta, não quero colocar a matéria em discussão, porque estamos tentando uma negociação para avançar. Temos um entendimento diferente do deputado Reno Caramori, pois é competência do Corpo de Bombeiros fazer essa vistoria e não a prefeitura.

Então, entendemos que dá para avançar com a secretaria de Educação e como Corpo de Bombeiros. Então, estamos pedindo para retirar a matéria da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Consulto o Líder do governo.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, acho que a explanação da eminente deputada é pertinente e concordo que v.exa. retire a matéria da pauta para buscarmos conjuntamente uma negociação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Está retirada da pauta a Mensagem de Veto n. 1374/2014.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1375/2014, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0079/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos livros destinados ao ensino básico fundamental, médio e superior adquiridos pelo governo do estado de Santa Catarina de possuírem versão no formato de texto digital destinado aos portadores de deficiência visual.

Conta com parecer das comissões de mérito pela apreciação da matéria em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, estamos discutindo no Brasil e no mundo inteiro a inclusão das pessoas. E pensando nisso fizemos esse projeto, entendendo que o sistema de leitura *Brile* para as pessoas com deficiência visual é muito importante para esses deficientes.

O sistema *Brile* atende satisfatoriamente 10% das pessoas com deficiência visual, geralmente aquelas que possuem cegueira congênita, ou seja, as pessoas que já nasceram cegas. Essas pessoas já têm fluência da leitura escrita em *Brile*, que é aquela constituída por código de pontos em alto relevo, em papel especial. Os outros 90% das pessoas com deficiência visual adquiriram essa deficiência em vida juvenil ou na fase adulta causada por problemas de algumas doenças como glaucoma, diabetes e outras. E hoje já existe esse sistema de forma digital ou através de áudio.

Por isso, srs. deputados discutindo bastante na comissão de Constituição e Justiça e nas comissões de mérito desta Casa, inclusive na comissão organizada por este Parlamento presidida pelo deputado José Nei Ascari, aproveitamos e aprovamos este projeto de lei. Não entendo como o governo do estado veta um projeto desta natureza, um governo que está sempre defendendo a inclusão das pessoas.

Então, na lei também precisa ser decidido isso.

Eu não quero aqui receber a resposta como vem em todas as respostas de veto do governo do estado, de que não é competência deste Parlamento e que fere as questões financeiras. Nós estamos aqui para fazer as mudanças necessárias e pelo clamor da sociedade.

Este é um projeto de extrema importância, vai atingir uma parcela significativa das pessoas que têm a cegueira, que adquiriu na forma juvenil e adulto, e que precisam estar também incluídas nesse processo, precisam ter condições para a inclusão.

Por isso, peço, srs. parlamentares, o voto 2, pela derrubada do veto.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, a maioria de nós aqui tem um grande apreço pelo Parlamento. V.exa. tem sido um baluarte do resgate do papel do Parlamento.

É claro que nós temos os limites legais, constitucionais, que juramos obedecer. Mas, sr. presidente, não podemos ficar reféns de tecnicidade.

A comissão de Finanças, que integro e o deputado Gilmar Knaesel preside, analisou o projeto. O impacto que ele tem não é o impacto que responde pela vedação constitucional, de que esta Casa não pode gerar despesa para o Executivo.

Há uma despesa, é claro que sim, mas não estamos falando de milhões de pessoas, estamos falando de uma pequena população, que eu, como mãe, como avó que sou, fico imaginando o que é, para uma mãe ou para uma avó, que tem o seu filho numa escola pública, não ter o seu filho ou a sua filha cega condições de acessar um texto digitalizado.

Portanto, senhores, eu tenho a impressão de que nós estamos discutindo mais do que deficiência visual e os aparatos legais que podemos utilizar para diminuir o impacto que isso tem na vida das pessoas nessa condição.

Nós estamos discutindo a autonomia deste Parlamento, porque, caso contrário, como disse o deputado ao meu lado, fecha a Casa e dá nome de rua e honraria. Não sobrou mais nada que não seja discutir um tema como esse, que é relevante e de baixíssimo impacto econômico. Portanto, tenho a convicção e é assim que o PCdoB vota, contrário ao veto. Não há uma vedação legal que justifique o veto do governador, e peço que os parlamentares

tenham sensibilidade em nome das mães que têm filhas e filhos cegos na rede pública.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputada Angela Albino.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)- Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Eu gostaria de me solidarizar com as duas eminentes deputadas que precederam a minha fala, dizendo que efetivamente concordo com a colocação de ambas, no sentido de ser um percentual pequeno de pessoas em Santa Catarina que necessita desse atendimento.

Mas, evidentemente, o meu papel aqui, na condição de líder do governo, é responder por aquilo que a Procuradoria-Geral dá de parecer ao Procurador-Geral do Estado, que, neste caso, afronta o art. 32. Assim, o governo sugere a manutenção do veto do referido projeto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)- Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado José Nei Ascari.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Presidente, esta matéria está regulamentada no Plano Nacional. Então, na condição de presidente da comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência desta Casa, entendo que temos, sim, argumentos. Respeitando o encaminhamento feito pelo líder do governo para fazermos a manutenção do veto, o meu voto vai ser pela derrubada do veto, porque entendo que a matéria inclusive já está regulamentada no Plano Nacional.

Muito obrigado!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, não temos quórum para votar. Que quórum baixo é esse, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Quórum temos, faltam os deputados votarem. Temos mais de 21 deputados em plenário.

(Manifestação das galerias)

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pelo amor de Deus, um projeto dessa natureza tão importante para a sociedade, assim como todos os outros, mas esse é significativo.

Esta Casa inclusive fez uma comissão para pessoas com deficiência e não vamos aprovar um projeto para garantir a inclusão dessas pessoas, principalmente na rede pública de ensino? É um absurdo, sr. presidente.

(Manifestação das galerias)

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Presidente, apenas quero solicitar ao deputado Manoel Mota, nosso querido amigo, talvez não tenha percebido a votação, que fizesse uso de seu voto para dar quórum, deputado.

(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADA ANGELA ALBINO	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	abstenção
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO RENATO HINNIG	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SANDRO SILVA	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	não

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 4 votos "sim", 16 votos "não" e uma abstenção.

Está mantido o veto.

(Manifestação das galerias)

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1382/2014, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0578/2011, de autoria dos deputados Dirceu Dresch e Luciane Carminatti, que institui no âmbito do estado de Santa Catarina a isenção do Imposto sobre Operações Relativas à

Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação de todos os produtos oriundos da Agricultura Familiar fornecidos para alimentação escolar nos municípios catarinenses e para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Em discussão.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra uma das autoras do projeto, deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Presidente, em função do baixo quórum e de que um dos autores, deputado Dirceu Dresch, não se faz presente, solicito a retirada da pauta deste veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Questiono o líder do governo.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - De qualquer forma, sr. presidente, temos uma autora que é a deputada Luciane Carminatti, mas acompanho a solicitação da eminente deputada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Está retirada de pauta a Mensagem n. 1382/2014.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, solicito a verificação de quórum antes de dar continuidade à votação do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Verificação de quórum solicitada e atendida. Peço aos srs. deputados que registrem a sua presença no painel.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, enquanto os deputados fazem o seu registro no painel, quero salientar que fizemos a discussão desse projeto nas comissões de Constituição e Justiça e Finanças e Tributação, onde foi aprovado, e vem do governo vetado.

Deputado, já tem que dar o voto lá nas comissões dizendo que não. Lá ele vota sim, aqui ele vota não? Não entendo isso! Qual é a função deste Parlamento? Os deputados que aprovaram o projeto na comissão de Constituição e Justiça, na comissão de Finanças e Tributação, aprovaram nas comissões de mérito e mudam o voto quando vem para cá por causa do veto do governador?

Eu pergunto para que serve este Parlamento? Temos que fazer leis para o estado de Santa Catarina!

(Manifestação das galerias)

Eu não entendo isso! E as justificativas do governo são infundadas, até parece que há um modelo pronto no computador, deputado Aldo Schneider.

Não é nem o secretário que analisa, é um técnico burocrata, e, dependendo da origem do deputado, já diz não. E daí existe justificativa para tudo. Como vamos fazer? Precisamos ter autonomia neste Parlamento. Parece que não somos autônomos. Se somos governo, para que isso aqui? Por que discutirmos nas várias comissões se o governo veta sem saber o conteúdo?

Queria, então, tranquilamente, respeitando a convicção de cada deputado e deputada, que já na comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e nas demais, parássemos com esse teatro e colocássemos o voto contrário. Agora fica muito chato votar na comissão a favor e aqui votar contra. O que é isso? Vamos fazer a nossa lição de casa. Estamos aqui representando o povo catarinense e temos o direito derrubar o veto do governo.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, gostaria de compartilhar em parte a indignação da deputada Ana Paula Lima.

Gostaria também de registrar a presença do vereador Tomaz, do município de Joaçaba; do amigo Vitório, do prefeito de São Miguel da Boa Vista, Gilnei Guth; da vereadora Maria e do prefeito Roberto Carlos, do município de Navegantes.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Quero apenas colocar a minha posição sobre o que falou a deputada Ana Paula Lima quanto à votação nas comissões. Primeiramente, na comissão de Constituição e Justiça, a votação depende do relator. Se o relator encaminhar pela aprovação do seu parecer, obviamente há a tendência de haver aprovação, mas isso não quer dizer que o ser humano é perfeito. Pode haver um parecer lá na comissão pela aprovação, mas que o entendimento da Procuradoria do Estado seja diferente. As leis estão aí para serem interpretadas e não dá para remeter essa posição radical no sentido do deputado possa votar na comissão de Justiça favoravelmente e no plenário votar contrário, pela manutenção do veto, isso depende da interpretação do relator e, em segundo lugar, da análise da Procuradoria do Estado que tem competência para analisar todas as leis aprovadas por esta Casa.

Entendo que somos limitados, mas aí é uma questão de mudar a própria Constituição Federal para permitir que possamos legislar um pouco mais em favor da população.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Parece que a base do governo abandonou o plenário e não temos mais quorum.

Quanto à fala do deputado Silvio Dreveck, a quem respeito muito, faria sentido se a exceção fosse acatarmos o veto do governador, o que vi nestes poucos anos de Parlamento é que a exceção é contrariar o veto, ou seja, estamos sempre errados. Não é possível que estejamos sempre errados. Então, vamos ter que trocar todas as comissões porque não é nem sobre a questão do mérito que se alega, e alguns vetos vêm discutindo o mérito, que cabe a esta Casa, sempre. Esta Casa tem essa prerrogativa.

Tem razão a deputada Ana Paula Lima. Se votarmos de um jeito nas comissões, precisamos manter a coerência, independentemente do veto de quem venha, e manter a posição neste Plenário.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Gostaria de contrariar no quesito de que não temos autonomia de fazer as nossas manifestações. O Parlamento existe exatamente para analisar, discutir. Este papel cabe ao parlamentar nas comissões de Finanças e Tributação, de Constituição e Justiça e nas demais. Agora, quanto ao veto sugerido pelo governo, é pautado pela Constituição e pelas leis que regem tanto o estado Santa Catarina quanto o país.

Nós estamos vetando pautados em leis nacionais ou leis estaduais?

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, não deveríamos ter começado a votar os vetos na tarde de hoje, porque tínhamos apenas 25 deputados presentes na verificação de quórum e aí só sobram quatro dos 21 necessários. E até alguns vetos que tiveram a maioria, que seriam legítimos que fossem derrotados, derrubados, não foram pelo quórum insuficiente.

Acho que deve ser suspensa a votação do veto, porque neste momento não existe mais quórum para votar. Agora, concordo com a avaliação da deputada Ana Paula Lima de que aqui é muito raro o governo deixar de ter razão, é muito raro o governo perder, a não ser quando um dos grandes partidos da base aliada tenta derrubar o veto, e nós da Oposição nos solidarizamos e ajudamos a derrubar o veto. No entanto, jamais em sete anos, nunca na história deste Parlamento um veto, um projeto ou emenda da nossa autoria, foi derrubado, embora sejamos sempre solidários com os deputados da bancada governista quando pretendem derrubar um veto. Isso precisa ser esclarecido, porque tem a posição governista e as posições programáticas e políticas de cada um. Mas temos levado de laçada, isso é verdade!

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, primeiro acho que cabe uma reunião da comissão de Constituição e Justiça com a Procuradoria-Geral do Estado no sentido de rever algumas posições que a procuradoria tem com respeito a vetos. Eu mesmo já tive a oportunidade de ter dois vetos do governo em projetos meus. Acho que têm vetos exagerados por coisas que não influenciam economicamente nas finanças do estado e não interferem legalmente nessa questão.

Mas, sr. presidente, essa questão que estamos discutindo aqui, contrariando as deputadas, Ana Paula Lima e Angela Albino, funciona igual no Congresso Nacional. As Casas Legislativas são

verdadeiros órgãos homologadores dos atos do Poder Executivo. No Congresso Nacional 90% dos vetos, deputada Ana Paula Lima, assim como o Lula vetava e o Congresso aceitava, a presidente vetava também.

O que precisamos é mexer na Constituição Federal para que as Casas Legislativas tenham mais poderes, aí sim, vamos fazer prevalecer uma série de projetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- (Procede-se à verificação de quórum por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	presente
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	presente
DEPUTADA ANGELA ALBINO	presente
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	presente
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	presente
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	presente
DEPUTADO JAILSON LIMA	presente
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	presente
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	presente
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	presente
DEPUTADO MANOEL MOTA	presente
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	presente
DEPUTADO MAURO DE NADAL	presente
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	presente
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	presente
DEPUTADO RENATO HINNIG	presente

DEPUTADO RENO CARAMORI
DEPUTADO ROMILDO TITON
DEPUTADO SANDRO SILVA presente
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES presente
DEPUTADO SERAFIM VENZON
DEPUTADO SILVIO DREVECK presente
DEPUTADO VALMIR COMIN presente
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Encerrada a verificação de quórum.

Temos 20 deputados presentes, portanto, não temos quórum para continuar a deliberação de vetos. Ficam transferidas para a Ordem do Dia da próxima sessão ordinária, de terça-feira, a Mensagem de Veto n. 1384 e a votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0025/2011. Essas duas matérias, deputado Aldo Schneider, estavam pautadas para hoje, mas serão transferidas com os demais dois vetos que foram retirados para a pauta da próxima terça-feira, onde serão incluídas, e aí quero aproveitar para dar essa informação porque esse assunto está latente na imprensa catarinense e aqui no Parlamento também. Na próxima terça-feira serão incluídas essas quatro matérias e todas as demais matérias, todos os demais vetos, de origem parlamentar. E na próxima quarta-feira, fica determinado pela nossa diretoria legislativa, que apreciaremos os demais vetos de projetos de origem governamental e de outros órgãos, como o Tribunal de Contas, Ministério Público, Tribunal de Justiça, se houver. Anuncio que naquela sessão de quarta-feira será apreciado também o veto ao projeto de origem do Tribunal de Justiça, que recebeu emenda nesta Casa, que trata das taxas e emolumentos.

Essa questão está bastante debatida e informo a v.exas. que na próxima quarta-feira, na sessão da tarde, porque também teremos sessão pela manhã, conforme calendário especial, a matéria das taxas e emolumentos.

Então, quero prestar essas informações aos colegas deputados e à imprensa que tem nos procurado muito acerca dessa matéria.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, queria registrar a presença do presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria no Estado de Santa Catarina, Idemar Antônio Martini, que junto com outros integrantes daquela federação visitam o Parlamento Catarinense na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Esta Presidência registra e agradece a presença do presidente com seus demais liderados e os cumprimenta, ao tempo em que agradece pelo prestigiamento a este Parlamento.

Srs. deputados esta Presidência recebeu requerimento com seguinte teor:

(Passa a ler.)

"O Deputado que este subscreve, com amparo no Regimento Interno, REQUER que suspensão da sessão ordinária do dia 12 de março de 2014 pelo tempo de 10 minutos, após a Ordem do Dia, para a manifestação do sr. Mario Antônio da Silva, coordenador do Sintespe/SC, que apresentará as manifestações do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público de Santa Catarina a respeito da Pauta de Reivindicação dos Servidores Estaduais em Greve." [sic]

O presente requerimento recebeu assinatura e concordância, de acordo com o que estabelece nosso Regimento Interno, de todas as lideranças partidárias. Portanto, esta Presidência acolhe o presente requerimento e convida o coordenador do Sintespe, Mario Antônio da Silva, para assumir a tribuna.

Está suspensa a sessão por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- (Faz soar a campainha!) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar em primeiro lugar, o deputado Volnei Morastoni, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero prestar minha solidariedade aos servidores da base do Sintesp, que estão em greve por suas justas reivindicações. Com certeza eles poderão contar com o apoio desta Casa.

O meu pronunciamento, sr. presidente, é relativo a duas importantes rodovias estaduais: SC-413 e a SC-409.

Quero aqui fazer um apelo veemente ao governo do estado, ao sr. governador, ao nosso colega deputado Valdir Cobalchini, secretário de Infraestrutura, para que atendam imediatamente os apelos da população em relação a estas duas importantes rodovias do nosso estado.

A SC-413, no trecho que liga o município de Navegantes no entroncamento junto à BR-470 ao município de Luiz Alves.

É uma rodovia muito importante em toda nossa região, no entanto, encontra-se em uma situação vergonhosa. Este é o termo mais brando que podemos utilizar para descrevermos a situação dramática e caótica que se encontra a rodovia SC-413, entre os municípios de Navegantes e Luiz Alves. É uma rodovia que está em péssimo estado, praticamente impedindo a trafegabilidade, com sucessivos buracos, como diz o povo, buraco dentro de buraco.

Portanto, trata-se de uma rodovia em péssima situação, que compromete a trafegabilidade, causando acidentes graves, depois de reiterados apelos, que já foram feitos no Plenário desta Casa no ano passado e neste ano, além dos pleitos oficiais, conversas extraoficiais, informais em vários momentos com o secretário Valdir Cobalchini. Tenho cobrado com veemência a necessidade urgente, imediata, inadiável de toda a recuperação da pavimentação asfáltica e da sinalização da SC-413, entre os municípios de Navegantes e Luis Alves.

E espero que após esse novo encaminhamento que fizemos hoje, no Plenário desta Casa, possamos ser ouvidos. Não dá mais para temporizar, para adiar essa situação de vergonha da rodovia SC-413.

Por outro lado, faço outro apelo com relação à SC-409, que liga o município de Canelinha ao município de Brusque, que é uma estrada antiga, uma velha estrada, uma estrada centenária, e que por um equívoco do governo do estado há alguns anos foi retirada do Plano Rodoviário Estadual. Isto foi um equívoco total!

Ontem participei de uma reunião em Canelinha com a presença do secretário de Desenvolvimento Regional daquela região, com o prefeito, vice-prefeito, vereadores da cidade e com a representatividade importante da comunidade do grande Moura. O grande Moura, o velho Moura, é uma comunidade com mais de seis mil, sete mil pessoas que vivem nos 20km entre Canelinha e Brusque, nessa rodovia que tem importantes atividades econômicas e que está completamente abandonada. A SC-409, por sua vez, mais do que a rodovia SC-413, entre Navegantes e Luiz Alves, está ainda com chão batido e quando chove fica completamente intransitável. Já fizemos muitos apelos no ano passado que, em parte, foram atendidos, porque o mato fechava a estrada, e pelo menos foi roçado, deixando a rodovia mais aberta. Também houve a recuperação asfáltica, porque a SDR da região de Brusque deu atenção, mas cada vez que chove ela se torna impossível de ser transitada.

Portanto, estamos agora fazendo novo apelo, depois de muitos já feitos e de muitas audiências públicas, reuniões que aconteceram em Canelinha, em Florianópolis. O prefeito de Brusque, Paulo Eccel, também está envolvido, porque conseguiu uma verba federal e vai fazer parte da obra pelo município de Brusque, em entendimento com o estado na pavimentação, mas grande parte daquela rodovia, com certeza mais de 20km, precisam ser incluídos pelo governo do estado dentro do seu Plano de Pavimentação de Rodovias.

Então, há necessidade do projeto em primeiro lugar e, logo em seguida, incluir de forma urgente no Plano Estadual de Pavimentação esses recursos vultosos que a secretaria de Infraestrutura está dispondo, e que foram repassados em compensação para Santa Catarina, sendo destinado mais de R\$ 1

bilhão para essas obras de infraestrutura que precisamos incluir a rodovia SC-409 com projeto de pavimentação asfáltica.

Aproveito a oportunidade, porque sei que está possivelmente agendada a visita do governador na região do vale do Rio Tijucas, na próxima semana, sendo que o governador será recebido em Canelinha por uma expressiva comitiva encabeçada pelo prefeito, pelos vereadores e também pela comunidade do grande Moura, para entregar em mãos ao governador esse apelo mais uma vez.

Tenho certeza de que o sr. governador ficará definitivamente sensibilizado e que atenderá esse pleito mais que justo, numa região como aquela, de importante turismo religioso, um polo calçadista e laborioso vale do Rio Tijucas das Cerâmicas. Então, não faltam justificativas e razões para que o olhar do governo do estado possa contemplar esse pleito da comunidade de Canelinha, do grande Moura, que é a pavimentação da rodovia SC-409.

Sr. governador, secretário Valdir Cobalchini, por favor, a SC-413, entre Navegantes e Luiz Alves, e a SC-409, entre Canelinha e Brusque, precisam da atenção urgente, imediata e inadiável do governo do estado!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)

- Obrigado, deputado Volnei Morastoni.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem à Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Está encerrada a presente sessão.